

À

Prefeitura de São Pedro da Aldeia

A/C da Comissão Permanente de Licitação

Ref. Ata da Concorrência Pública 002/2023

Assunto: Recurso contra inabilitação da Eco Tools Engenharia LTDA

Prezados senhores da comissão permanente de licitação,

Vimos por meio desta nos manifestar com relação a inabilitação da Eco Tools Engenharia LTDA.

A seguir apresentamos os argumentos em resposta aos motivos alegados para inabilitação, na mesma ordem:

- i. Apresentamos atestado de serviço similar, ou seja, paredes pré-moldadas em concreto revestidas externamente em PVC. Entendemos que não se trata do mesmo objeto, porém demonstra que a empresa tem capacidade técnica para executar o serviço em painéis em concreto/PVC;
Observação: Não concordamos com a exigência de atestado de método construtivo no Edital. Cremos que o atestado a ser apresentado deva ser do produto final, a saber: parede estrutural, e isso nós fizemos;
- ii. Ao contrário do que diz a Ata, foi apresentado um atestado emitido pela Marinha do Brasil devidamente averbado no CREA-RJ da Base Naval de Mocanguê, de estrutura metálica e telhas termoacústicas para área superior a 3.000 m²;
- iii. Apresentamos certidão válida de falência e concordatas. Lembramos que esta mesma certidão foi apresentada por ocasião do cadastro na prefeitura. Por isso não entendemos o porquê da prefeitura estar exigindo isso com tanta veemência;
- iv. Foi apresentada a identidade do sócio Jorge Antônio Lumbreras devidamente autenticada;
- v. Foi apresentado relatório de índices econômicos financeiros. A alegação de que este documento deve ter autenticação digital não procede. Autenticação digital é feita nos documentos respectivos ao balanço patrimonial. E estes foram apresentados devidamente autenticados digitalmente;
- vi. Foi apresentado comprovante do registro no CREA do responsável técnico engenheiro Carlos Frederico Enriquez.
- vii. Foi apresentada a CAT do engenheiro contratado pela empresa para a execução dos serviços junto com o contrato de prestação de serviços. A exigência de que a CAT deve ser do responsável técnico da empresa é improcedente e fere o Decreto Lei 8666.

Contamos com o bom senso desta Comissão para a análise imparcial deste recurso, para que possamos dar seguimento ao procedimento da licitação, sem a necessidade de sermos obrigados de recorrermos à Justiça para dirimir dúvidas e controvérsias.

Sem mais,

Atenciosamente

Niterói, 20 de julho de 2023



Eco Tools Engenharia LTDA

Jorge Antônio Lumbreras

Sócio